

FAP não foi ouvido na elaboração do Plano de Carreira

Crítica de representantes do Fundo de Aposentadoria foi manifestada em reunião para discussão do projeto na Câmara

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

A análise do projeto de lei 159/15, que cria o novo Plano de Carreira dos servidores do Município, continuou ontem na Câmara de Vereadores. Com o objetivo de esclarecer todos os pontos da proposta, o Legislativo tem promovido reuniões com todos os segmentos que, de alguma forma, participaram da elaboração da proposta ou serão impactados pela sua implantação. Dentro dessa linha, nesta terça-feira, foram ouvidas a presidente e a vice do Fundo de Aposentadoria e Previdência dos servidores (Fap), Nara Cristina dos Santos e Enete Cândida Schmidt.

Os vereadores receberam com surpresa a informação de que, em nenhum momento, o Conselho do Fundo de Aposentadoria dos Servidores foi ouvido pela Administração Municipal.

“Da forma como está, não é um Plano de Carreira e, sim, de salários”, declarou a vice-presidente. Segundo Nara, ontem foi a primeira oportunidade que tiveram de se manifestar na Câmara, enquanto representantes do Fap.

As dirigentes do Fundo levantaram uma série de dúvidas sobre os efeitos do Plano. A começar pelo impacto financeiro das modificações. Nara explica que o Fap não tem nenhum conhecimento sobre como foi feito o cálculo. Ela espera que, ao menos, tenha havido uma preocupação em relação ao futuro, já que os novos salários vão refletir diretamente sobre as aposentadorias.

Enete também questionou como ficarão os reajustes para inativos e ativos. Da mesma forma, manifestou dúvidas sobre a previsão de aumento da arrecadação do Município. Ela disse que não percebe ações da Administração para que esse cres-

cimento realmente ocorra.

As observações feitas pelas dirigentes do Fap reforçaram, no Legislativo, a ideia de que é preciso analisar o projeto com a máxima cautela e esclarecer todas as dúvidas antes de submetê-lo ao plenário. Marcos Gehlen (PT) ressaltou que a Câmara recebeu o “pacote fechado” e que as discussões com o Fap deveriam ter acontecido no Executivo. Já o peemedebista Renato Kranz pediu que seja realizado um levantamento de quantos servidores estão aptos à aposentadoria. O vereador Roberto Braatz (PDT) advertiu que o teto para a despesa com pessoal é de 54% do orçamento e que, se for atingido, será preciso demitir ocupantes de cargos de confiança, estagiários e até mesmo servidores concursados.

O presidente da Câmara, Márcio Miguel Müller, solicitou que todas as informações prestadas pelas representantes do Fap sejam



REPRESENTANTES do Fap, Enete Cândida Schmidt e Nara dos Santos, estiveram na Câmara nesta terça-feira

encaminhadas por escrito ao Legislativo. Também anunciou que, na próxima semana, serão ouvidos na Comissão Geral de Pareceres o secretário da Fazenda, Júlio Hoffmeister, representantes da empresa responsável pelo cálculo de impacto financeiro e da Comissão de Estudo do Plano de Carreira.

Texto sofre novas alterações

A Administração Municipal protocolou na Câmara, ontem, um documento contendo novas alterações no projeto de lei do Plano de Carreira. Na verdade, são correções no texto sugeridas pela empresa de consultoria DPM, que analisou a proposta a pedido da Câmara de Vereadores. O documento contém mais de 80 páginas a apontou, pelo menos, sete itens que, se não fossem corrigidos, poderiam tornar a legislação inconstitucional.